



As mulheres avançam

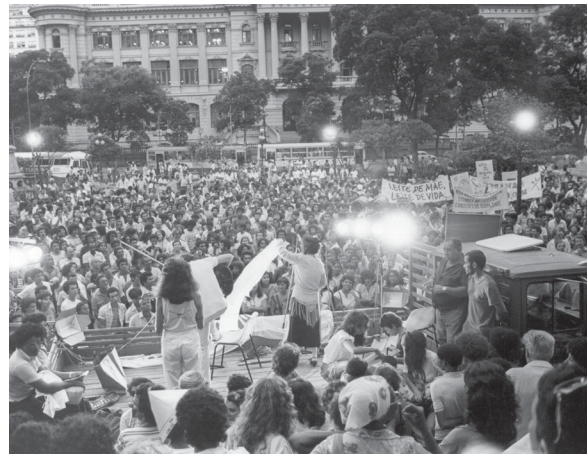
Bancárias lutam por equiparação salarial, por mais creches e pelo fim dos assédios moral e sexual



No ano passado, o 3º Congresso da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro) criou a Secretaria de Mulheres para elaborar, coordenar e desenvolver políticas para a promoção da igualdade de oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical. A luta se desdobra na criação dos coletivos de mulheres, que diagnostica os problemas que afetam nos bancos.

As mulheres ocupam 49% dos postos de trabalho bancário em todo o país, ou seja, 243 mil trabalhadoras. Nos bancos privados elas já representam 53,4% do total de empregados. O movimento sindical bancário conquistou mais recentemente a ampliação da licença-maternidade para 180 dias, mas ainda existem muitas desigualdades. Ao ser admitida a bancária entra ganhando R\$2.318,33 em média, 22,9% a menos que os bancários, que, segundo o Dieese, começam com R\$3.006,91. Ao sair do banco, nota-se que a desigualdade aumentou. As mulheres saem com a média salarial de R\$3.716,32, 25,6% a menos que os homens, R\$4.994,99.

Na luta pela equiparação salarial, as bancárias conclamam toda a categoria para organizar coletivos de mulheres a partir dos sindicatos, passando pelas federações estaduais ou regionais até a confederação. Esses coletivos têm a tarefa de diagnosticar os problemas relacionados às mulheres nos bancos. Ao lado dessa luta, as bancárias e os bancários estão convocados para se voltarem contra os assédios moral e sexual no local de trabalho. É comum a pressão ou o incentivo para que as mulheres usem seus atributos físicos – um decote generoso, por exemplo – para facilitar a venda de produtos. O movimento reage reivindicando mais valorização e reconhecimento profissional, com apoio à sua qualificação.



Participe dos atos do 8 de março

- 10h Distribuição do *Bancário* dedicado à mulher.
- 16h Ato da CUT na Central do Brasil até as 18h.
- 16h Atividade da CTB na Candelária.
- 19h Show do grupo TPM7 no Sindicato.



A CAMIINHO DA IGUALDADE

Domésticas
reivindicam direitos

Ao ratificar a convenção internacional 189 da OIT, que altera a Constituição Federal equiparando os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos dos não domésticos, o Brasil poderá pôr fim às longas décadas de discriminação suportadas por essas trabalhadoras que são tão importantes para todos.

O trabalho doméstico, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é uma das atividades para as quais a noção de trabalho decente – com igualdade de oportunidades, produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, segurança e dignidade humana – tem especial importância e envolve questões como as discriminações étnicas e de gênero. No Brasil são 7,2 milhões de mulheres e homens trabalhando no setor, sem os mesmos direitos dos setores não domésticos.

As trabalhadoras(es) reivindicam direito ao adicional noturno, horas extras (acima das 8 horas), jornada de 40 horas semanais, adicionais de insalubridade e periculosidade, auxílio-doença, licença-gestante, licença-maternidade, vale-transporte, aposentadoria, FGTS (obrigatório), seguro desemprego (vinculado ao FGTS), dentre outros, para equiparar os direitos.

Desde a nossa velha conhecida Eva, da Bíblia dos cristãos, passando pela revolucionária Rosa Luxemburgo, a admirável filósofa marxista do século 19, pelas mulheres simples das ruas esquecidas do interior, até as mulheres presidentas do nosso século 21, que desafiam as imposições neoliberais do FMI, muitos costumes mudaram. Mas permanece firme, em quase todos os cantos do planeta, o preconceito contra a mulher.

Era costume citar-se, até pouco tempo, que “na mulher não se bate nem com uma flor”, o que gerou no Brasil, depois de muitos anos de atraso e de agressões físicas masculinas, a conhecida Lei Maria da Penha para defendê-la. Com a concorrência no mercado de trabalho e a liberação dos costumes, a flor da qual se falava no ditado popular mudou de nome e passou a se chamar claramente de preconceito.

O 8 de Março que comemoramos hoje, Dia Internacional da Mulher, foi criado para homenagear o que ocorreu nesta data, em 1857. Naquele dia, 130 tecelãs norte-americanas, aquelas guerreiras de Nova Iorque que trabalhavam quase 18 horas por dia enquanto os homens estavam na Guerra de Secessão, morreram queimadas, trancafiadas em um galpão, porque a intransigência dos patrões lhes negou salários iguais aos dos homens e condições mais dignas para trabalhar.

Tantos anos passaram e vemos que as estatísticas ainda nos mostram que no Brasil de hoje as mulheres ganham salários menores do que os dos homens e as mulheres negras ganham ainda menos. Para todas existe a dificuldade de acesso a cargos de maior poder decisório, ainda que

A luta da mulher recomeça a cada dia



Almir Aguiar

“Desistir... eu já pensei nisso, mas nunca levei realmente a sério: é que tem mais chão nos meus olhos, do que cansaço nas minhas pernas; mais esperança nos meus passos, do que peso nos meus ombros; mais estrada no meu coração, do que medo na minha cabeça”.
Cora Coralina (1889 – 1985)

qualificadas, e isto é bem visível no ramo financeiro. Este é um dos nossos maiores enfrentamentos contra os padrões banqueiros, que nós combatemos com o Sindicato-Cidadão aliado a outros setores da sociedade.

A elite conservadora tem feito a luta caminhar mais lenta, levando-nos a repetir, a cada ano, nas homenagens à mulher, que o preconceito contra ela precisa acabar. E a gente sente que a corrida por direitos iguais tem de recomeçar a cada dia. Se no Congresso Nacional as bancadas reacionárias paralisam a luta por seus direitos, brilha no Planalto a atenção diferenciada que os governos do PT, de Lula e Dilma, vêm dando à mulher trabalhadora, chefe de família, com suas políticas

de inclusão social como o Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, especialmente dirigidos a ela e às crianças.

Cresce no Brasil o número de mulheres empregadas nas regiões metropolitanas, assim como o número de lares que elas chefiam. Pesquisa recente mostra que elas chegam a ser chefes de família em 45,5% dos lares do Sul e do Sudeste brasileiro, já que a cada ano aumenta o número de homens que abandonam suas famílias, provocando outros graves problemas sociais. A jornada dupla de trabalho da mulher empregada e chefe do lar é fato comum em quase todas as cidades.

Nós, do Sindicato dos Bancários e da Contraf-CUT, que no mundo sindical tomamos a dianteira da luta pela igualdade entre homens e mulheres, por toda parte levamos nossa mensagem de luta pelo fim dos preconceitos: de gênero, de raça e de preferência sexual. E o Brasil começa a reconhecer nossa liderança, com a importante premiação da Casa de Cultura Laura Alvim ao nosso Sindicato, o Décimo Primeiro Prêmio Arco-Íris de Direitos Humanos, que recebi.

A todas as mulheres trabalhadoras, em especial às bancárias, o meu agradecimento pela importante colaboração que têm dado à luta pelo fortalecimento da democracia. E aos parlamentares, um aviso: que se preparem, porque vamos intensificar ainda mais a pressão, no Rio de Janeiro e em Brasília, pelo fim do preconceito e em defesa da cidadania.

***Almir Aguiar é o presidente do Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro**

BANCÁRIO

Luiz Pacheco - Ilustrador: Julio Mariano - Diagramadores: Marco Scalzo e Fernando Xavier - Fotos: Nando Neves - Secretário de Imprensa: Celedon Broca - Impresso na 3 Graph (Rua Marechal Aguiar, 36 - Benfica - Telefone: 3860-0100) - Distribuição Gratuita - Tiragem: 23.000

Presidente: Almir Aguiar - Sede - Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Tel: 2103-4117 (PABX) - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - Sede Campestre - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 - Secretaria de Imprensa (imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Itaú/Unibanco), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - Editor: Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - Redatores: José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - Estagiária: Heloisa Kropf - Revisor: João

Dilma promete apoio ao movimento das camponesas

FOTO: NANDO NEVES



Durante o I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, realizado de 18 a 21 de fevereiro, em Brasília, a presidente Dilma Rousseff se comprometeu a contribuir no sentido

de efetivar a pauta do movimento autônomo das mulheres camponesas. Para enfrentar os desafios e traçar suas estratégias de luta, as camponesas estabeleceram um elenco de compromissos:

- Avançar na construção de relações de igualdade entre os seres humanos e a natureza.
- Fortalecer a organização das mulheres trabalhadoras, a articulação entre os movimentos feministas e da classe trabalhadora.
- Potencializar a produção agroecológica e possibilitar o acesso das mulheres às políticas públicas de crédito e comercialização e a implementação de Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PN-PO).
- Ampliar as relações com os consumidores e divulgar a importância da alimentação saudável e diversificada para a saúde e o bem-estar das pessoas e do ambiente.
- Promover a autonomia econômica, política e social das mulheres e fortalecer a luta contra a violência.
- Participar e assumir os espaços de decisão e poder.
- Lutar pela seguridade social: saúde, previdência e assistência, intensificando a luta pela ampliação do salário maternidade de quatro para seis para as trabalhadoras do campo e da cidade.
- Dar visibilidade ao trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres com a justa remuneração e garantia de direitos.
- Denunciar todas as formas de violência do sistema capitalista, da cultura patriarcal, machista e racista presentes no campo e na floresta, seja essa violência doméstica, do latifúndio, dos agrotóxicos, dos transgênicos, dos monocultivos e das doenças.
- Fortalecer as relações com as organizações populares, feministas e da classe trabalhadora em torno de um projeto popular para o Brasil.

Lei Maria da Penha

FOTO: NANDO NEVES



Diante dos alarmantes dados de violência contra as mulheres no Brasil, o Banco Mundial lançou na sexta-feira, dia 1, a campanha Homem de Verdade não Bate em Mulher. Dez personalidades masculinas, entre eles vários atores, posaram com um cartaz com a mensagem da campanha. O objetivo é acabar com o estigma de que a Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, é uma legislação contra os homens. Nenhum dos participantes cobrou cachê. A única participante mulher é Maria da Penha Maia Fernandes, que dá nome à lei.

Atualmente uma em cada cinco mulheres brasileiras considera já ter sofrido violência dentro de casa, e em 80% dos casos os agressores são namorados e maridos.

PARTOS PREMATUROS

Estudo revela índices elevados

No Brasil, 10,5% dos nascimentos são prematuros. A estatística é de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que, em 2012, ouviu 24 mil gestantes em 266 hospitais públicos em 161 municípios brasileiros. A prematuridade é consequência também da alta proporção de cesarianas, que, segundo o estudo, respondem por 52% dos nascimentos. As cesarianas chegam a 90% e até 100% dos partos em hospitais privados. Para a coordenadora do estudo, ainda inédito, Maria do Carmo Leal, esse dado “mostra que praticamos um modelo bastante medicalizado da atenção dada à gestante que contribui para as altas taxas de prematuridade no Brasil”.

Segundo o secretário de Ciência



e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha, a prematuridade é a principal causa de mortalidade de crianças de até um mês no Brasil. “Sua redução é uma das metas centrais dos Objetivos do Milênio e vamos atacar um dos grandes desafios para avançarmos”, informou. A Fundação Bill Gates tem interesse nesse quadro social brasileiro e vai investir 8 milhões de dólares para estudos sobre tratamentos para evitar o parto prematuro.

Voto feminino completou 81 anos

Os 81 anos do voto feminino foram comemorados dia 24 do mês passado, por diversos órgãos oficiais relacionados aos direitos da mulher. Organizado pela Superintendência de Direitos da Mulher (Sudim) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no Rio de Janeiro, o evento “Mulheres nos Espaços Públicos de Poder e Decisão” realizado no Cedim (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher), dia 20, teve também a inauguração da Subsecretaria de Políticas para Mulheres. Esse órgão, que será dirigido por Ângela Fontes, é projeto da deputada estadual, ex-bancária do Bemge, Inês Pandeló (PT), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Assembleia Legislativa (Alerj). “Fico feliz que o governador tenha compreendido a importância que esse novo organismo representará para as mulheres do nosso estado. Foi um avanço, mas a luta para a criação de uma secretaria não vai parar aqui”, disse a deputada.

Maria Emília, militante da segurança alimentar e nutricional do Brasil

Este ano, a homenagem do Sindicato no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, vai para uma militante histórica do movimento social, Maria Emília Lisboa Pacheco, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e assessora da Fase, a Ong mais antiga do país.

Com representação tripartite (movimento social, empresariado e go-

verno), o Consea reúne 60 participantes. É um órgão de assessoramento da Presidência da República, uma consciência crítica, que propõe novas políticas e novos programas sobre segurança alimentar e nutricional.

A luta pela segurança alimentar ganha forma no país a partir da mobilização dos integrantes do Consea, que conseguiram incluir no Artigo 6º da Constituição

Federal mais um direito social: a alimentação.

Segurança alimentar não é só combater a fome. Ter alimento de qualidade em quantidade suficiente e permanente é segurança alimentar. A estratégia da luta é acabar com a insegurança alimentar.

A obesidade é uma manifestação das várias formas de insegurança alimentar, assim como a contaminação dos alimentos por

defensivos agrícolas, pelos transgênicos, o desperdício e muitos outros.

É também estratégica a luta das organizações sociais que atuam no Consea para mudar o modelo de produção brasileiro, insustentável, degradante do meio ambiente, poluente das águas e caro. O preço abusivo dos alimentos é uma forma de insegurança alimentar que deve ser combatida pela sociedade.

Como se dá o assessoramento do Consea à política de agricultura familiar do governo federal?

A política em relação à agricultura familiar é uma das dimensões do nosso trabalho. A segurança alimentar e nutricional significa lidar com as questões que vão da produção ao consumo. Nós monitoramos, fazemos críticas, propomos inovações. E com relação especificamente à agricultura familiar, foi no Consea que criamos a importante Política de Aquisição de Alimentos (PAA), uma grande novidade no Brasil. É uma garantia de compra institucional, ou seja, o governo assume a responsabilidade da compra de produtos da agricultura familiar e dos agroextrativistas. Esses alimentos são doados para creches, asilos, hospitais e também para alimentação escolar. Vemos os agricultores dizendo que é um programa que ajuda a combater o desperdício. Estão se referindo exatamente a essa possibilidade de vender ao governo alguns frutos tradicionais ou também vegetais, verduras, que são cultivados em torno da casa.

Segundo o IBGE, a força de trabalho na agricultura familiar soma mais de 12 milhões de trabalhadores. Um terço desse total, mais de 4 milhões, é formado por mulheres. Esses números conferem?

Sim, conferem, mas há uma



FOTO: ROBSON MONTE

Maria Emília: “Segurança alimentar e nutricional é combater a fome e outras manifestações da insegurança alimentar como a obesidade

situação que não podemos deixar de falar que é esse lugar subordinado da agricultura familiar. Não podemos perder de vista que os estabelecimentos da agricultura familiar representam 25% dos estabelecimentos no país, mas eles ocupam muito menos terra do que a chamada agricultura patronal, o agronegócio. Temos no Brasil dois modelos que se contra-põem. De um lado, expandem-se cada vez mais as monoculturas. Se tomarmos como exemplo a soja,

constatamos que ela cresceu de 11 milhões para 21 milhões de hectares nos últimos tempos. Também a cana-de-açúcar subiu de 4 para 8 milhões. Do outro, a agricultura familiar e extrativista, que detém pouca terra, mas participa com cerca de 70% do abastecimento dos alimentos produzidos no Brasil. Se tomarmos como exemplo o feijão, o arroz, o leite, vários deles é a agricultura familiar que se responsabiliza pela produção. Nós temos que pôr um freio nessa

expansão da monocultura no Brasil. Há uma campanha pelo limite da propriedade no Brasil. Temos áreas, especialmente no Centro-Oeste, no Cerrado, em que tivemos uma expansão da grande propriedade, o que é um risco para a soberania alimentar.

Qual a visibilidade do trabalho da mulher camponesa hoje no Brasil?

Olha, a mulher tem uma importância fundamental. É preciso lembrar a todos que a agricultura começou com as mulheres. O trabalho da mulher, principalmente no campo, se torna invisível para tornar invisível também essa apropriação que a sociedade, o sistema capitalista, faz desse trabalho. Não há um reconhecimento sobre o trabalho produtivo da mulher do campo. Então as próprias mulheres quando falam sobre o que elas fazem, muitas vezes elas mesmas não declaram de uma forma tão precisa a sua jornada de trabalho. Recentemente uma pesquisa mostrou que, por semana, os homens no campo declararam uma jornada de 23 horas de trabalho. As mulheres menos, 19, algo assim. Embora trabalhem no roçado, onde plantam, participam da colheita, da broca, além de todo o trabalho doméstico, cuidando dos filhos, elas avaliam que o trabalho delas é ajuda. Então essa invisibilidade se explica também pela maneira preconceituosa que se vê dentro da família, da sociedade em geral.